

# RACISMO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: A URGÊNCIA DE UM DEBATE INADIÁVEL

**RACISM AND THE CRIMINAL JUSTICE SYSTEM:  
URGENCY OF A DEBATE THAT CANNOT BE POSTPONED**

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17342371>

**Resumo:** Este editorial aborda a persistência do racismo estrutural e institucional no sistema de justiça criminal brasileiro. A partir da análise de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de artigos publicados no Boletim IBCCRIM, o texto explora as múltiplas facetas do racismo, desde a letalidade policial e o encarceramento em massa da população negra até as novas tecnologias de controle e o sofrimento psíquico. O editorial defende a urgência de um debate aprofundado e de práticas antirracistas para a transformação do sistema de justiça e o fortalecimento da democracia.

**Palavras-chave:** racismo; sistema de justiça criminal; letalidade policial; encarceramento em massa; antirracismo.

**Abstract:** This editorial addresses the persistence of structural and institutional racism in the Brazilian criminal justice system. Based on the analysis of data from the Brazilian Public Security Yearbook and articles published in the Boletim IBCCRIM, the text explores the multiple facets of racism, from police lethality and the mass incarceration of the Black population to new control technologies and psychological suffering. The editorial argues for the urgency of an in-depth debate and antiracist practices for the transformation of the justice system and the strengthening of democracy.

**Keywords:** racism; criminal justice system; police lethality; mass incarceration; antiracism.

## 1. A urgência de um debate inadiável

O debate sobre o racismo no Brasil, em suas múltiplas dimensões — estrutural, institucional e interpessoal — tem ganhado cada vez mais centralidade na agenda pública. No campo das ciências criminais, essa discussão se torna ainda mais premente, uma vez que o sistema de justiça criminal se revela como um dos principais espaços de reprodução e legitimação das desigualdades raciais. Como sistematicamente denunciado por movimentos negros, sociais e organizações da sociedade civil, a seletividade do sistema penal, a violência policial, o encarceramento em massa da população negra e a criminalização de corpos e territórios periféricos são apenas algumas das manifestações mais evidentes de um problema histórico e sistêmico que demanda um enfrentamento corajoso e contínuo.

Este editorial, em sintonia com o compromisso do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) com a defesa dos

direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática, princípios norteadores de sua própria fundação, busca aprofundar a reflexão sobre o racismo e suas intersecções com o sistema de justiça criminal. A partir da análise de dados recentes e da produção acadêmica do próprio Boletim, pretendemos não apenas traçar um panorama da situação atual, mas também apontar caminhos para a construção de práticas antirracistas e para a transformação das instituições.

## 2. O estado da arte no Boletim IBCCRIM: um olhar crítico e propositivo

O Boletim IBCCRIM tem sido um espaço privilegiado para a discussão de temas sensíveis e urgentes, e o racismo não é exceção. Nos últimos anos, diversos artigos publicados no Boletim abordaram a questão racial sob diferentes perspectivas, demonstrando a crescente preocupação da comunidade

acadêmica e dos operadores do direito com o tema. Artigos como “Racismo algorítmico, reforço de preconceitos e uso de IA: perspectivas e desafios para a investigação criminal digital” (Bichara; Cascardo Junior; Perazzoni, 2024, p. 23-26), “A bala não erra o alvo: racismo e letalidade policial no Brasil” (Sposato; Moitinho, 2024, p. 13-15) e “Racismo estrutural e suas congruências históricas” (Martins, 2024, p. 13-16) são exemplos da riqueza e da diversidade de abordagens que o Boletim tem abrigado.

Essas publicações evidenciam que o debate sobre o racismo no âmbito das ciências criminais tem se qualificado, indo além da denúncia da discriminação individual para analisar as estruturas e os mecanismos institucionais que perpetuam a desigualdade racial. Temas como o racismo institucional, o *racial profiling*, o racismo digital, a criminalização do corpo negro e a colonialidade do poder punitivo têm sido recorrentes, demonstrando a necessidade de um olhar crítico e interdisciplinar para a compreensão do fenômeno.

No entanto, a análise do conjunto de publicações também revela a existência de lacunas e desafios a serem enfrentados. A produção de dados empíricos sobre raça e encarceramento, os estudos de caso locais, a análise das políticas reparatórias e a reflexão sobre o papel da psicologia jurídica no enfrentamento do racismo são temas que ainda demandam maior aprofundamento. Além disso, temos buscado ampliar a presença de vozes negras no Boletim e no Instituto, garantindo a pluralidade de perspectivas e o protagonismo de quem vivencia o racismo em sua cotidianidade.

### 3. Desvelando as múltiplas faces do racismo

A complexidade do racismo no sistema de justiça criminal exige uma abordagem multifacetada, que contemple suas diferentes dimensões e manifestações. A seguir, apresentamos alguns eixos temáticos centrais que emergem da análise dos dados e da produção acadêmica recente.

#### 3.1. Racismo estrutural e a criminalização da população negra

O racismo estrutural, conceito fundamental para a compreensão das desigualdades raciais no Brasil, manifesta-se de forma contundente no sistema de justiça criminal. A intersecção entre raça, pobreza e punição penal cria um ciclo vicioso de exclusão e violência, que atinge de forma contundente a população negra. A “guerra às drogas”, por exemplo, tem se revelado como um poderoso mecanismo de controle racial e social, com a criminalização de jovens negros e periféricos, o encarceramento em massa e a eliminação de futuros sem que se discutam as efetivas raízes e implicações do problema.

#### 3.2. Violência policial, letalidade e necropolítica

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 são alarmantes: 82,7% das vítimas de intervenções policiais em 2023 eram negras. A taxa de mortalidade de pessoas negras em intervenções policiais é 289% superior à de pessoas brancas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 60). Esses números revelam a existência de uma verdadeira “necropolítica” (Mbembe, 2018), na qual o Estado, por meio de suas forças de segurança, exerce o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, com base em critérios raciais.

Também há sobrerrepresentação de mortes de policiais negros civis e militares que, segundo a pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, do Ministério da Justiça (Brasil, 2023) e o

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 51-52) representam 50,5%, mas são 65,4% dos mortos, enquanto os brancos representam 48,5% do contingente das polícias e são 32,7% dos óbitos.

#### 3.3. Racial profiling, viés algorítmico e tecnologias de controle

O avanço das tecnologias de vigilância e controle, como o reconhecimento facial e os algoritmos de policiamento preditivo, tem gerado novas e sofisticadas formas de discriminação racial. O *racial profiling*, prática de selecionar indivíduos para abordagens policiais com base em sua raça ou etnia, é potencializado por essas tecnologias, que reproduzem e amplificam os estereótipos e preconceitos existentes na sociedade. O debate sobre o “racismo algorítmico” e o manejo da inteligência artificial pelo sistema de justiça se torna, portanto, cada vez mais urgente e necessário.

#### 3.4. Encarceramento em massa e o genocídio da população negra

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, e a maioria dos presos é negra. O encarceramento em massa, além de ser um negócio lucrativo para alguns setores, funciona como um dispositivo de controle e extermínio da população negra, em um processo que pode ser caracterizado como um verdadeiro genocídio. A comparação entre as condições do sistema prisional e os navios negreiros, presente no Anuário de 2024, é emblemática da crueldade e da desumanidade desse sistema (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 356).

#### 3.5. Saúde mental, psicologia jurídica e sofrimento psíquico

O racismo não mata apenas com balas, mas também com o sofrimento psíquico que impõe às suas vítimas. A psicologia jurídica tem um papel fundamental a desempenhar no enfrentamento do racismo, seja na denúncia dos vieses raciais presentes nas práticas judiciais, seja no acolhimento e no cuidado das vítimas de violência racial. É preciso avançar na construção de uma psicologia jurídica antirracista, que contribua para a promoção da saúde mental e para a garantia dos direitos da população negra.

#### 3.6. Desafios e tensões contemporâneas: para além dos clichês antirracistas

O enfrentamento do racismo no sistema de justiça criminal não é uma tarefa fácil. As resistências institucionais e simbólicas são enormes, e o discurso da “igualdade formal” muitas vezes serve para mascarar a persistência das desigualdades raciais. Além disso, é preciso estar atento ao risco de apropriações superficiais do discurso antirracista, que esvaziam o seu sentido político e o transformam em um mero “clichê”.

A superação do racismo exige uma articulação entre teoria, empiria e ativismo, que seja capaz de produzir conhecimento crítico e de subsidiar a luta por políticas públicas eficazes. É preciso ir além da denúncia e construir propostas concretas de transformação, que envolvam desde a reforma das polícias e do sistema de justiça até a implementação de políticas de reparação e de promoção da igualdade racial, bem como o necessário letramento e a conscientização de seus atores.

#### 4. Um convite à reflexão e à ação

Diante da urgência e da complexidade do tema, o Boletim IBCCRIM convida a comunidade acadêmica, os operadores do direito, os ativistas e todos os interessados a submeterem artigos e entrevistas que contribuam para o aprofundamento do debate sobre o racismo e o sistema de justiça criminal. São bem-vindas as contribuições que abordem os seguintes temas:

- Dados empíricos sobre raça, criminalidade e encarceramento;
- Estudos de caso sobre a atuação do sistema de justiça em contextos locais;
- Análise das novas tecnologias de controle e seus impactos sobre a população negra e periférica;
- Reflexões sobre o papel da psicologia jurídica no enfrentamento do racismo;
- Propostas de políticas públicas e de práticas antirracistas no sistema de justiça;

- Análise das jurisprudências e das decisões judiciais em casos de racismo.

Além disso, o Boletim se compromete a ampliar a presença de vozes negras em suas publicações, em um esforço contínuo de promoção da diversidade e da pluralidade de perspectivas encampado pelo próprio IBCCRIM.

#### 5. Um compromisso com a transformação

O enfrentamento do racismo no sistema de justiça criminal é uma condição indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa. O IBCCRIM, por meio de seu Boletim, reafirma o seu compromisso com essa luta, que é de todos nós. Acreditamos que a produção de conhecimento crítico e o debate qualificado são ferramentas poderosas para a transformação da realidade. Convidamos todos a se somarem a nós nesse esforço.

**Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**

#### Como citar (ABNT Brasil)

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Racismo e sistema de justiça criminal: um debate urgente e necessário. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 33, n. 396, p. 2-4, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17342371. Disponível

em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/2415](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/2415). Acesso em: 1 nov. 2025.

#### Referências

BICHARA, Anderson de Andrade; CASCARDO JUNIOR, Agostinho Gomes; PERAZZONI, Franco. Racismo algorítmico, reforço de preconceitos e uso de IA: perspectivas e desafios para a investigação criminal digital. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 32, n. 379, p. 23-26, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11175558>

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2023 (ano - base 2022)*. Brasília: MJSP, 2023. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/pesquisa-perfil/2022/relatorio-pesquisa-perfil-2023-final-28dez.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: [https://](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf)

[forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf). Acesso em: 13 out. 2025.

MARTINS, Alisson Thales Moura. Racismo estrutural e suas congruências históricas. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 31, n. 380, p. 13-16, 2024. Disponível em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/1571](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1571). Acesso em: 13 out. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

SPOSATO, Karyna Batista; MOITINHO, Victória Cruz. A bala não erra o alvo: racismo e letalidade policial no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 30, n. 380, p. 13-15, 2024. Disponível em: [https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/1537](https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1537). Acesso em: 13 out. 2025.

